

O DIREITO PÚBLICO E SUA TÉCNICA: ADAPTAÇÕES SEMÂNTICAS NA PRÁTICA LEGAL CATALÃ (S. XIII-XIV)

ROGERIO R. TOSTES
UNIVERSIDADE DE ÉVORA

RESUMO

A presente abordagem há de analisar como as técnicas empregadas pelos juspublicistas catalães no século XIV regulavam um modelo *in abstracto* da aplicação do direito público. Situa-se a ação intelectual desses juristas face às demandas dos antecedentes autóctones do Principado e o uso da *ratio generalis* dos preceitos romanistas. Descortinava-se assim uma nova casuística que dava substância à semântica do discurso jurídico local. Justamente, a recepção desse direito ia além da absorção dos repertórios definidos pelas escolas jurídicas, já que essa recepção abria margem a um *modus* de articular realidade e prática discursiva, representando nesta última um campo de eficácia normativa. Desse modo, há de se investigar como a *ratio iuris publici* dos legistas vinha a hierarquizar as valências dos ordenamentos, em que a forma naturalizante da ordem pública conferisse sentido estabilizador aos arranjos do pactismo medieval.

1. Introdução¹

Não raro a história do direito confunde sua disciplina do saber à ideia que os estudiosos tomam de seu material histórico, cercando-a assim com um tipo de monopólio que institui uma só interpretação autorizada da lei. Essa visão das coisas parece repousar na convicção de especialistas acerca de seu próprio *métier* de que o direito histórico pode ser demarcado por sua *singularidade*, o que quer dizer que esse “direito” represente um objeto exclusivo — e específico — que afasta o seu registro textual de outras discursividades eruditas que também se movem a uma investigação semântica do poder. Essa combinação interpretativa se projeta de maneira mais clara com a filtragem feita pela historiografia jurídica sobre as textualidades dos *professionais* do direito. Por certo, os atentos juristas medievais exibiam um rigor próprio, até certo ponto consciente, acerca da tecnicidade desempenhada através do seu labor interpretativo sobre o discurso político. Muito embora este tipo de labor não coincidissem com a noção reivindicada mais tarde pelos historiadores modernos para fazer *distinguir* entre a linguagem singular do campo jurídico e os manejos discursivos feitos por filósofos e teólogos.²

1. Abreviações usadas: ACA, Arxiu de la Corona d'Aragó; AML, Arxiu Municipal de Lleida; BAV, Biblioteca Apostolica Vaticana; BnF, Bibliothèque nationale de France; gl., glosa; RC, Reial Cancelleria; RP, Reial Patrimoni; reg., registro, us., usatge; Vat. Lat., Vaticanum Latinum.

2. Krynen, Jacques. “Les légistes ‘idiots politiques’”. Sur l’hostilité des théologiens à l’égard des juristes, en France, au temps de Charles V”, *Théologie et droit dans la science politique de l’État moderne (Actes de la table ronde de Rome, 12-14 novembre 1987)*. Roma: École française de Rome, 1991: 171-198.



Como método particular, o dogmatismo dos legistas medievais se revelou um saber constituído por três fatores: pelos meios de distinção, categorização e controle dos enunciados aplicados aos ordenamentos jurídicos medievais do Ocidente. Seria através da instrumentalização desse tripé que o dogmatismo se tornou mais que um discurso artificial e secundário de legitimação do terreno político —ainda que ele seja visto como mero discurso, frequentemente banido da arena da concretude pelos historiadores que invocam para si o relato de uma “verdade autêntica” encerrada em factualismo histórico.³ Com efeito, principiando em momentos que datam da *divisio* acursiana no século XII, esse dogmatismo passou a se tornar um saber prático⁴ que, sim, agiu sobre a realidade política e a sua concretização através da sistematização das classificações institucionais.

Porém, a dispersão desse método dogmático dos primeiros romanistas, sobretudo nos meados do século XIII, não viria sem maiores contradições com os outros segmentos letrados que detinham o exercício de um poder constituído. A resistência de teólogos, por exemplo, ao monopólio da classificação jurídicista criou uma ruptura deliberada sobre o domínio da especulação filosófica acerca da realidade política. Desse modo é que atestam as críticas de Egídio Romano ao círculo de juristas da corte francesa em finais do XIII; ou mesmo mais tarde, com os ataques de um eminente Nicolau Oresme, recusando as novas orientações despóticas dadas pelos juspublicistas dos primeiros soberanos Valois.

Na contraparte, escritos quase contemporâneos, alguns um tanto famosos como os de Bártolo, vinham destacar a independência e a finalidade de sua compreensão quanto à realidade institucional desse tempo. Assim, um e outro lado revelam o mesmo *tour de force* pelo controle do vocabulário jurídico-político que forjaria a identidade profissional dos legistas tardo-medievais. Com isto em mente é que, ao investigar algumas das polémicas travadas entre os juristas e os teólogos nos séculos XIII e XIV, o presente trabalho propõe que se pensem nos paralelos epistêmicos bastante atuais da historiografia jurídica e a reivindicação de seu domínio sobre a representação histórica medieval.

2. A recepção do romanismo como técnica da autoridade

Assim que os preceitos romanistas se tornaram tão extensamente difundidos pelo horizonte medieval, acabariam por criar a longa tradição de intérpretes —nomeadamente, a dos bartolistas— que também disseminou a sua presença entre os comentadores catalães do século XIV. É certo que essa presença foi marcada por algumas interrupções e, até mesmo, pelas especiais circunstâncias em que seu uso foi notado entre os juristas hispânicos⁵ e, como se vem repetindo desde o magistério de Hinojosa, mais ainda pela presença precoce do romanismo na Catalunha.⁶ Porém, mais que

3. Tostes, Rogerio R. “Entre a História e o Direito: pontuações sobre uma questão antiga”, *Temas Jurídicos Contemporâneos*, Gilson Bonato, dir. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2017: 395-399.

4. Sbriccoli, Mario. “Storia del diritto e storia della società: questioni di metodo e problemi di ricerca”, *Storia sociale e dimensioni giuridica: strumenti d'indagine e ipotesi di lavoro (Atti dell'Incontro di studio, Firenze, 26-27 aprile 1985)*, Paolo Grossi, dir. Milão: Giuffrè, 1986: 127-148.

5. García y García, Antonio. “Bartolo de Saxoferrato y España”. *Anuario de Estudios Medievales*, 9 (1974-1979): 443-448.

6. Hinojosa, Eduardo de. “La admisión del derecho romano en Cataluña”. *Boletín de la Real Academia de Buenas Letras de Barcelona*, 37 (1910): 215-219. Ideia seguida depois por Altamira: “The region in which Romanization extended farthest was Catalonia, and this is also the one where the process modificative of civil institutions that resulted from the double influence of the Roman and the Canon law is best known to us [...]”. Altamira, Rafael. *Spain. Sources and Development of Law*, ed. Carlos Petit. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid-Dykinson, 2018: 70.



um mero nome ilustre, representado pela autoridade de Bártolo de Saxoferrato, estava-se diante do novo método difundido através de uma *figura-símbolo*⁷ criada pelos bartolistas e, também, situada no cerne da chamada *Escola dos Pós-Glosadores*, a qual se espalhou pelo norte da Itália, sul e centro da França, indo do Midi ao Val-de-Loire, por onde já despontava a influência da notável *Escola de Orléans*.⁸

A existência desse novo *método* jurisprudencial deve se remeter não apenas a um conjunto de juristas em particular, nem somente aos mais difundidos comentários feitos por eles acerca dos textos romanos. Trata-se, além, de podermos identificar um momento de viva liberação dos valores republicanos do aristotelismo-tomista, e o modo pelo qual eles viriam a ser adaptados pela materialização de um direito público nascente de meados do século XIII.⁹ Desde o princípio, essa transformação se viu associada à vulgarização do direito como artefato útil para a vida em comunidade, na qual a linguagem dogmática dos legistas levou a instrumentalizar vários dos *iura rusticorum*¹⁰ em acordo às referências textuais de uma técnica letrada,¹¹ superando a criação da mera “racionalização” do poder para se lhe atrelar uma *ratio* específica,¹² vinda em detrimento de outras como a filosofia e a teologia. Embora esta não seja a mesma *ratio iuris communi* que Francesco Calasso procurou definir, que foi idealmente concebida como um sistema normativo de leis universais dos medievais, resta útil a síntese ditada por ele acerca de uma *nuova concezione dei rapporti fra ius divinum e ius humanum; la funzione dell'aequitas, e i problemi che ne sorgevano di fronte al rigor iuris* [...] *il fondamento giuridico e la validità degli* statuta, em que os instrumentos empregados constituíam *per se* a técnica de racionalização da ciência romanista.¹³ Esta *última* acabara por se mostrar uma reivindicação sobre a exclusividade do conhecimento jurídico elaborado por parte de seus “peritos”, que terminariam por lhe depurar, recolhendo daí determinados elementos a fim de compor um saber dogmático próprio¹⁴ a respeito da realidade que, mesmo abstrata, se baseava no *dever ser* do direito.¹⁵

7. Legendre, Pierre. “La France et Bartole”, *Bartolo da Sassoferrato. Studi e documenti per il VI centenario*, Danilo Segoloni, ed. Milão: Giuffrè, 1962: I, 138-152.

8. Feenstra, Robert. “L’École de droit d’Orléans au treizième siècle et son rayonnement dans l’Europe médiévale”. *Revue d’Histoire des Facultés de Droit et de la Science Juridique*, 13 (1992): 23-42.

9. Menzinger, Sara. “Diritti di cittadinanza nelle *quaestiones* giuridiche duecentesche e inizio trecentesche (I)”. *Mélanges de l’École française de Rome. Moyen Âge*, 125/2 (2013), <<https://doi.org/10.1400/233039>>.

10. Vallejo, Jesús. *Ruda equidad, ley consumada. Concepción de la potestad normativa (1250-1350)*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1992: 265.

11. Hespanha, António Manuel. “Southern Europe (Italy, Iberian Peninsula, France)”, *Oxford Handbook of European Legal History*, Heikki Pihlajamäki, Markus Dubber, Mark Godfrey, dirs. Oxford: Oxford University Press, 2018: 332-338. Agradeço aqui a gentileza do autor que me enviou o esboço deste texto antes da publicação, acompanhada de comentários e críticas que aproveitamos neste momento.

12. Conte, Emanuele. *La fuerza del texto. Casuística y categorías del derecho medieval*. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid, 2016: 114-117. Em amplo aspecto, a dimensão ficcional da ciência jurídica repercutia além, indo ao ponto de definir uma *ars* que ultrapassaria os usos medievais da ficção para criar um método classificatório autônomo. Ver Samuel, Geoffrey. “Is Law a Fiction?”. *Legal Fictions in Theory and Practice*, Maksymilian del Mar, William Twinnig, dirs. Nova Iorque: Springer, 2015: 40-42.

13. Calasso, Francesco. *Introduzione al diritto comune*. Milão: Giuffrè, 1951: 117.

14. Legendre, Pierre. *Sur la question dogmatique en Occident*. Paris: Fayard, 2010: 209-219.

15. Essa questão recai na própria história do direito como representação não concreta da história — dita *realista* no sentido puro dos positivistas —, mas, sim, essencialmente abstrata a partir de sua percepção da realidade em acordo com as regras (jurídicas ou anti-jurídicas) estabelecidas pelos homens em seu devir social. Veja Iglesia Ferreirós, Aquilino. “Por que nos, don Alfonso, avemos poder de fazer leyes”. *Alcanate: Revista de estudios Alfonsíes*, 3 (2002 -2003): 57.

Disto decorre a fundamental diferença confrontada com a abstração proposta pela filosofia moral de dominicanos e franciscanos, pois a concepção pleiteada pela unidade formal do ordenamento jurídico medieval havia se revelado como hipótese necessária, uma verdadeira *fictio iuris* com a qual se tornaria possível criar proposições secundárias que harmonizariam o direito “prático”, existente nas mais variadas fontes de prescrição,¹⁶ passando pelo arcaico *consuetudo* até à *novidade impositiva da lex* e, por consequência, agregando uma teoria da personalidade juspublicista das corporações.¹⁷ Desta forma, a filtragem feita pelos juristas sobre as noções aristotélicas de sociedade serviria para buscar novas bases de legitimação sem, no entanto, desprezar os velhos conceitos de equidade e boa razão já definidos pela moral dos mestres religiosos.

Com a reapropriação da doutrina moral e da *auctoritas* de Aristóteles vai-se assegurar ao direito público uma parte do fundamento constitucional adscrito à reserva formal de preceitos que mesclam tradições diversas sobre um só plano discursivo, a partir do qual vemos com mais nitidez como opera a inteligibilidade do léxico jurídico. Foi nesse sentido que Fritz Kern definiu um fundamento para o direito público/objetivo dos medievais, identificando-o à sinergia das vontades individuais que constituem a comunidade política, bem assim *[d]as objektive Recht ist nichts als die Summe oder das Geflecht aller subjektiven Rechte der Volksgenossen*.¹⁸

Foi a partir desse direito de base comunitária que os estatutos coletivos puderam extrair uma precisa “forma técnica” (*die-technische Ausführung*) para elaborar o direito público destinado a amparar e limitar os direitos dos particulares. Sem esse fundamento, não é possível reivindicar nenhuma harmonização entre os planos “abstrato” e “concreto” da doutrina jurídica formada durante o século XIII.¹⁹ Aí mesmo, a preocupação com a autoridade dos antigos não deixa de compreender um princípio conciliador importante, que alia a abstração herdada dos textos acursianos para atender às finalidades eminentemente pragmáticas dos legistas que assim expandiriam as teses contidas na glosa ordinária. Em síntese, todos esses esforços vindos de diferentes construções doutrinárias acabam se mostrando convergentes entre si, e mesmo com o aparente abstracionismo da doutrina romanista em face da realidade, é possível falar do desenvolvimento de uma técnica exegética que esteve bastante afinada aos fins práticos do intelecto medieval.

16. Thomas, Yan. “*Fictio Legis*. L’empire de la fiction romaine et ses limites médiévales”. *Revue Droits*, 21 (1995): 17-63.

17. *Nach allem Gesagten sollte man erwarten, daß die publicistischen Theorien des Mittelalters den Begriff der Persönlichkeit der Kieche und des Staates mit Nachdruck verworther und hiermit zugleich bereichert und vertieft hätten. Denn die Idee der bloß repräsentativen Funktion aller sichtbaren Träger öffentlicher Gewalt mußte auf ein repräsentirtes unsichtbares Subjekt hinführen. Die so vielfach herangezogene Korporationslehre stellte für dieses Subjekt den fertigen Begriff der juristischen Person zur Verfügung. Die Idee eines ornaschen und trotz seiner Zusammengesetheit eiheitlichen Gemeinwesens aber konnte, wenn man hier. Wie beim Einzelnen die Persönlichkeit als die bleibende innere Substanz des Organismus erfaßte, eine Umwandlung des Begriffs der fünstlichen persona ficta in den Begriff der realen Gesamtpersönlichkeit bewirken.* Gierke, Otto von. *Das Deutsche Genossenschaftsrecht. Die Staats und Korporationslehre des Altertums und des Mittelalters und ihre Aufnahme in Deutschland*. Berlin: Weidmann, 1881: III, 605.

18. Kern, Fritz. *Recht und Verfassung im Mittelalter*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1965 (primeira edição: 1919): 72.

19. Veja-se a este respeito o exemplo trabalhado na obra de Rolando da Luca e sua visão prática na ordem da administração pública: Mezinger, Sara. “Verso la costruzione di un diritto pubblico Cittadino, cap. III”, *La Summa Trium Librorum di Rolando da Lucca (1195-1234): Fisco, politica, scientia iuris*, eds. Emanuele Conte, Sara Mezinger. Roma: Viella, 2012: CCXV-CLX.



3. A *civitas* como plano ideal da racionalidade jurídica

As causas deste espírito pragmático dos civilistas têm sido repetidamente ligadas às evanescências de seu próprio momento,²⁰ do mesmo modo que se ligou à *orientação escolástica nos ambientes citadinos*. O que sucedeu na Europa meridional entre os séculos XIII-XIV chama a atenção pela coincidência dos “movimentos populares” — termo grosseiro, mas ainda em voga — e a intensa mutação dos modelos de governo comunal associada à aplicação do direito letrado dos civilistas.²¹ Nota-se que o que havia restado das nobrezas fundiárias na Toscana foi substituído por *repúblicas* citadinas, e mesmo nas regiões ao norte, como no Vêneto, Piemonte e Lombardia também haviam se imposto instituições semelhantes que substituíram o modo de governo das antigas linhagens senhoriais.²² Uma realidade ainda semelhante ao das municipalidades da Provença e das zonas circunvizinhas que se encontravam sob o domínio dos condes de Barcelona.²³

Como prova o caso de Florença, um dos mais expressivos dessa época, a rebelião do *popolo minuto* contra os magnatas da comuna trouxe resultados de caráter estrutural, no qual não se removeu por completo os antigos setores da oligarquia urbana, senão que se modificou o status de segmentos sociais que até então não possuíam acesso à cidadania, num momento em que a direção dos assuntos públicos passaria à tutela da representação popular (*ad comune bonum totius civitatis noscitur pertinere*).²⁴ Mesmo nos territórios em que o poder senhorial voltaria a se impor,²⁵ como sucedeu com os Visconti em Milão, o discurso jurídico de um Alberico da Rosate deixava sua marca nos *statuta* que foram ditados em nome do pacto citadino.²⁶ De fato, muitos juristas viriam a consolidar a ascensão de novos grupos sem tradição política, mas que graças à entrada nas esferas da cidadania republicana obtiveram seu enobrecimento como parte de um novo patriciado local.²⁷ Consequentemente, a presença de modelos comuns ao longo dos domínios no centro-norte da Itália

20. Vallerani, Massimo. “La cittadinanza pragmatica. Attribuzione e limitazione della *civilitas* nei comuni italiani fra XIII e XV secolo”, *Cittadinanze medievali. Dinamiche di appartenenza a un corpo comunitario*, Sara Menzinger, dir. Roma: Viella, 2017: 113-143.

21. Cortese, Ennio. “Cittadinanza”, *Scritti*. Espoleto: Centro Italiano di Studi sull’Alto Medioevo, 1999: II, 1223-1224. Também Costa, Pietro. *Civitas. Storia della cittadinanza in Europa*. 1. *Dalla civiltà comunale al Setecento*. Roma: Laterza, 1999: 28-35.

22. Gilli, Patrick. *Cidades e sociedades urbanas na Itália medieval: (séculos XII-XIV)*. Campinas-Belo Horizonte: Unicamp-Universidade Federal de Minas Gerais, 2011: 121-132.

23. Bisson, Thomas N. *Medieval France and her Pyrenean Neighbours: Studies in Early Institutional History*. Londres: The Hambledon Press, 1989: 258-259; Fernández Trabal, Josep. “De ‘prohoms’ a ciudadanos honrados. Aproximación al estudio de las elites urbanas de la sociedad catalana bajomedieval (s. XIV-XV)”. *Revista d’Història Medieval*, 10 (2000): 331-372; Débax, Hélène. *La seigneurie collective. Pais, pariers, paratge: les coseigneurs du XI^e au XIII^e siècle*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2012: 47-70.

24. Ottokar, Nicola. *Il Comune di Firenze alla fine del Duecento*. Turim: Einaudi, 1974: 203, onde faz citação aos *Ordinamenti di Giustizia del Secondo Popolo*, editado por Salvemini, Gaetano. *Magnati e popolani in Firenze dal 1280 al 1295*. Florença: Istituto di Studi Superiori di Firenze, 1899: 384-432, 416, appendice XII.

25. Cengarle, Federica. “Potestas condendi leges: The Erosion of a Civic Prerogative under the Pressure of Princely Rule”, *Languages of Power in Italy (1300-1600)*, Daniel Bornstein, Laura Gaffuri, Brian J. Maxson, dirs. Turnhout: Brepols, 2017: 120-123.

26. Rosate, Albericus de. *Commentarii in primam Digesti veteris partem*. Veneza: sem editor, 1585: f. 15r (lex VIII).

27. Donati, Claudio. *L’idea di nobiltà in Italia. Secoli XIV-XVIII*. Roma: Laterza, 1988: 3-5, 15.



lia deixaria notar como a prática judicial²⁸ e o controle administrativo das comunas incorporariam o romanismo como uma verdadeira identidade dos governos citadinos.²⁹

Neste contexto, a difusão dos escritos de Bártolo, como seus comentários ao livro XII do *De Dignitatibus* do código justineano, encontra um terreno propício para sua difusão e a das recentes aplicações no cenário político das novas cidades, incluindo áreas que se estendiam aos principais centros mediterrânicos como já era a realidade nas capitais da Coroa de Aragão.³⁰

Ainda que se preste mais atenção à parte juspublicista da obra bartoliana, na qual se aprofundou um nó teórico aberto com o debate da jurisdição do Império, é valioso considerar o tratamento doutrinal destinado a criar um estatuto específico para as *civitates*, que eram justamente as que mais sofriam sob os abusos do poder imperial. Com essa questão diante dos olhos, é justificável dizer que um pequeno tratado como o *De Regimine Civitatis* foi um dos escritos que, em seu tempo, mais eficazmente promoveu a suma dos valores comunais, enquanto também reivindicava um papel específico para os legistas dentro do governo da *res publica*.

Embora Bártolo não tenha dedicado particular atenção ao problema dos demais *regna*, foi graças ao desbordar de sua doutrina cidadina que assistimos ao fortalecimento de concretas instituições administrativas de direito público.³¹ Ou seja, um conjunto de opiniões que consolidou a *noção de que cada cidade seria reconhecida como universitas* autônoma dentro da jurisdição imperial,³² e, como tais, identificadas como *res publicae*, dotadas de fisco³³ e poder jurisdicional *ex merum et mixtum imperium*.³⁴

4. O uso da política pela *interpretatio* dos legistas

Mais além de tudo isso, a questão mais ingente da obra bartoliana aparece como fruto do encontro dos preceitos da filosofia tomista com um renovado tratamento jurídico do governo político. Ao atualizar a definição aristotélica da Πολιτεία como *Regimen ad populum*, Bártolo sintetizou

28. Tanzini, Lorenzo. "Pratiche giudiziarie e documentazione nello Stato fiorentino tra Tre e Quattrocento", *La documentazione degli organi giudiziari nell'Italia tardo-medievale e moderna*, Andrea Giorgi, Stefano Moscadelli, Carla Zarrilli, dirs. Roma: Ministero per i beni e le attività culturali, 2012: 785-832.

29. Ascheri, Mario. *Medioevo del potere. Le istituzioni laiche ed ecclesiastiche*. Bolonha: Il Mulino, 2005: 380-383.

30. Obradores-Suanzo, Carolina. "Between Reputation and Law: (Re)Thinking Citizenship in Early 15th Century Barcelona (1375-1430)", *Spaces of Knowledge: Four Dimensions of Medieval Thought*, Noemí Barrera, dir. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2014: 64-68; Ferro, Víctor. "Barcelona i las repúblicas italianas: dos destins de les institucions locals". *Revista de Dret Històric Català*, 5 (2005): 209-210; Turull, Màxim; Ribalta, Jaume. "Ciutat i poder en el feudalisme declinant a la Catalunya baixmedieval (Diferenciació social i distribució social de l'espai urbà a Cervera, 1340-1382)". *Anuario de Estudios Medievales*, 22 (1992): 79-144.

31. Ascheri, Mario. *Medioevo del potere...*: 307-310.

32. Veja-se o mesmo em Penna, Lucas de. *Lectura super tres libros Codicis*. Paris: in officina Johannis Parvi, et Bitturis in pergula Petri de Sartieres, 1509: C. 12.49, 4.

33. Sassoferato, Bartolus de. *In tres Codicis libros*. Turim: apud Nicolaum Beuilaquam, 1574: *Comm. ad X, De iure fisci*, I-IV. Acerca da atribuição de personalidade autônoma do fisco na doutrina medieval a partir da glosa acursiana, veja a Vassalli, Filippo E. *Concetto e natura del fisco*. Turim: Fratelli Bocca, 1908: 74: "[...] alla questione se fisco e respublica fossero concetti coincidenti si rispose nel senso che il fisco sia una parte della respublica. Specialmente Bartolo sviluppa questo punto, avvertendo che il concetto del fisco abbraccia soltanto 'quidquid ad commodum pecuniarium imperii pertinent, et non commodum et non fisci'. Ne deduce che un'azione di diritto patrimoniale può esser intentata tanto in nome dello Stato quanto in nome del fisco, mentre viceversa i diritti di sovranità dello Stato non potrebbero esser attribuiti che alla respublica e non al fisco.

34. Woolf, Cecil N. Sidney. *Bartolus of Sassoferato: His Position in the History of Medieval Political Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1913: 116-144. Também ver a Costa, Pietro. *Iurisdicção. Semântica del potere politico nella pubblicistica medievale (1100-1433)*. Milão: Giuffrè, 1969: 111-115.



um largo itinerário traçado pelas glosas do século XIII, e que promoveria o sintagma romanista do *bonum commune* como a pedra basilar do governo ideal: *hoc quando tale regimen bonum est et per regentes consideratur bonum commune principaliter omnium secundum statum suum*.³⁵ O mesmo princípio seria aplicado aos demais modelos, como o mais ordinário e conhecido deles, o do domínio régio.³⁶

Logo, ao fixar o bem comum como o arco de envergadura das comunidades humanas,³⁷ Bártolo passaria a exibir uma estimulante argumentação com seu ponto de vista conceitual. Ele vai então recorrer às autoridades de Aristóteles e Egídio de Roma, adotando sua visão finalista do governo civil para, em seguida, rejeitar a percepção filosófica feita por eles, já que esta mesma percepção poderia ser reputado inútil à apreciação jurídica.³⁸ Desse modo, Bártolo falava com bastante franqueza ao declarar que pretendeu *demonstrar* o argumental escolástico daqueles pensadores (em *rationibus suis*) por meio da prova jurídica (*per iura probabo*). Essa declaração de método invocava uma reserva dogmática que tinha o claro propósito de oferecer instrução adequada aos legistas que viviam as circunstâncias de seu século, *quoniam domini universalis dum de reformatione civitatis tractant, vel iuristas consulunt, vel eis committunt, vel cum ipsi assident apud eos de regimine civitatis querela proponitur*.³⁹ Esse saber prático foi enfim ajustado pela capacidade de filtrar a realidade em que se usava a grelha classificatória do conhecimento jurídico, no qual o discurso seria uma figura sujeita à sistematização da *distinctio* segundo uma ideia já definida por Acúrsio, para quem a *divisio est innumerabilis materie brevis compositio*, a qual acabaria se impondo como critério de controle dos fatos que integrariam a representação da realidade.⁴⁰

Aí, nota-se que não há nenhuma coincidência na indicação de Bártolo aos nomes de Aristóteles e Egídio, sendo este último um dos mais importantes intérpretes do Estagirita e quem reivindicava o estudo da política como *ciência racional* depreendida a partir de seus textos. O mesmo Egídio, *qui fuit magnus philosophus* segundo o próprio Bártolo, já havia deixado claro em seu tempo a ojeriza dos teólogos pelos legistas da corte de Felipe IV de França —aos quais *appellari possunt idiotae politici*—, bastando lembrar apenas o menosprezo de muitos pela carreira meteórica de Nogaret e sua defesa de uma *utilitas publica* como mero entorno de um poder regalista do príncipe.⁴¹ Limitando o qualificativo *idiotae* em seu contexto, o reproche dos filósofos e teólogos aos juristas denotava a pro-

35. Sassoferato, Bartolo. *Politica e diritto nel Trecento italiano. Il 'De tyranno' di Bartolo da Sassoferrato (1314–1357) con l'edizione critica dei trattati 'De guelphis et gebellinis', 'De regimine civitatis' e 'De tyranno'*, ed. Diego Quagliani. Florença: Leo S. Olschki, 1983: 150 (Bartolus de Sassoferrato. *Tractatus de Regimine Civitatis*: I, 24).

36. *Communi vero nomine appellamus regnum dominium naturale, et hoc si dictus dominus in communem et bonum finem tendit*. Sassoferato, Bartolo. *Politica e diritto nel Trecento...*: 151 (Bartolus de Sassoferrato. *Tractatus de Regimine Civitatis*: I, 54–56).

37. Para um aprofundamento do conceito em suas múltiplas esferas de aplicação, remete-se à coletânea publicada a partir do *Convegno storico internazionale: Il Bene Comune: forme di governo e gerarchie sociali nel Basso Medioevo. Atti del XLVIII Convegno storico internazionale (Todi, 9-12 ottobre 2011)*. Espoleto: Fondazione Centro Italiano di Studio Sull'Alto Medioevo, 2012.

38. Quagliani, Diego. “Regimen ad populum” e “Regimen regis” in Egídio Romano e Bartolo da Sassoferrato”. *Bullettino dell'Istituto Storico Italiano per il Medio Evo*, 87 (1978): 201–228.

39. Sassoferato, Bartolo. *Politica e diritto nel Trecento...*: 153 (Bartolus de Sassoferrato. *Tractatus de Regimine Civitatis*: II, 82–86).

40. Accursio. *Glossa in Volumen, Glossa ordinaria Accursii*, ed. Mario Viora. Turim: Curante Juris Italici Historiae Instituto Taurinensis Universitatis, 1969: XI, f. 42v, gl. *divisio Inst.* 3.13.1. Veja Errera, Andrea. *Lineamenti di epistemologia giuridica medievale. Storia di una rivoluzione scientifica*. Turim: G. Giappichelli, 2006: 18–21.

41. Arabeyre, Patrick; Halpérin, Jean-Louis; Krynen, Jacques. *Dictionnaire historique des juristes français: XIF–XX^e siècle*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997: 592. Além, deve-se consultar no trabalho de Gouron os vestígios biográficos de Nogaret, o qual documenta o período em Montpellier e os primeiros anos de ascensão ao serviço régio, a partir de 1292: Gouron, André. “Comment Guillaume de Nogaret est-il entré au service de Philippe le Bel?”. *Revue Historique*, 299/1 (1998): 25–46.

fanação de uma ciência particular, a qual vinha sendo manejada por eles sem a devida profundidade dos temas da política. Essa aversão ainda prosseguiria por décadas mais tarde com Nicolau Oresme, que culpava os legistas do Conselho de Carlos V por destilar *la fausse opinion et malverse suggestion* aos ouvidos do monarca, instigando-o finalmente a adotar os poderes conferidos pela *lex regia*⁴² e, desse modo, virar as costas aos compromissos constitucionais usualmente feitos entre o rei e os representantes dos três états généraux.⁴³ Mesmo entre os canonistas, de Ivo de Chartres a Graciano, restava certa convicção de que o direito canônico era completo e superior —ou pelo menos autossuficiente— em face do *ius civilis*. Hostiensis havia afirmado o mesmo ao alegar que o direito da Igreja era capaz de abarcar o poder secular, *immo quodlibet comprehendit*.⁴⁴ É certo ainda que o desprezo dos teólogos pela incompetência filosófica dos legistas, agravada com o crescimento vertiginoso dos centros de formação jurídica em toda a Europa, era vista como a causa da ruína humana e da perda da subordinação política da sociedade. Para o frade Francesc Eiximenis, que escreveu um pouco depois de Oresme, havia de fato uma relação causal entre essas consequências de deterioração da virtude política e a proliferação dos especialistas em leis, *ço és que multiplicació de juristes és fort damnosa a la comunitat e gran destrucció d'aquella*.⁴⁵ Justamente por isso, Eiximenis opunha-se à interferência desses juristas nos assuntos de governo, enquanto também criticava a linguagem abstrusa ora empregada pelos advogados a fim de conduzir a direção dos assuntos públicos.

De certo modo, a intenção bartoliana em ditar uma teoria política *per iura probabo* obedecia ao desígnio de preservar a suficiência técnica da jurisprudência sem se submeter perigosamente às reivindicações da autoridade clerical. Sem insistir mais na conhecida querela entre juristas e teólogos⁴⁶ e, naquela outra, entre civilistas e canonistas,⁴⁷ se quer chamar atenção para o papel desempenhado pelo discurso jurídico, que a partir do século XIV ocupara posição definitiva na significação da comunidade política e na regulação do status público do monarca junta a ela. Porém, não é banal dizer que nem o uso técnico do direito, nem a discursividade empregada por meio dele se restringiram a uma efetividade positivista da norma, como ocorreu então na acepção moderna de normatividade que sustenta o edifício lógico da ciência jurídica.⁴⁸ Criada a relação especiosa entre os juristas e sua linguagem, o direito seria, no dizer de Grossi, seu *grande ombrello protettivo*, com o qual passaria a oferecer uma dimensão de validade ao discurso, muito mais que o de garantir efetividade em sentido concreto ao poder de mando irradiado da lei.⁴⁹

42. *L'entrée des juristes dans les organes de gouvernement avait déjà soulevé des commentaires véhéments dès le règne de Philippe Auguste. Rivés au texte du Policraticus de Jean de Salisbury, ces commentaires n'emportaient pas pour autant un rejet de principe du droit romain. Oresme, lui, non seulement décrit le phénomène de manière personnelle, mais il lui donne une dimension nouvelle en jugeant irrecevable l'utilisation en politique de la science du droit. La raison? Son roi accueille volontiers dans ses conseils les 'seigneurs es lois', les docteurs in utroque, et leur confie de hautes charges. Krynen, Jacques. "Les légistes 'idiots politiques'...": 181.*

43. BnF. Bibliothèque de l'Arsenal. Manuscrits latins, Ms. fr. 4254, f. 6r-10v: *Recueil des états généraux de France, tenus à Paris, regne du roy Jean le en l'année 1355*.

44. Ullmann, Walter. *Medieval Papalism. The Political Theories of the Medieval Canonists*. Londres: Routledge, 2010 [1949]: 27-30.

45. Eiximenis, Francesc. *Lo Crestià*, ed. Albert Hauff. Barcelona: Edicions 62-La Caixa, 1983: 217-219 (capítulo CC-CLXXXIV).

46. Kantorowicz, Ernst H. *The King's Two Bodies: A Study in Medieval Political Theology*. Princeton: Princeton University Press, 2016 [1957]: 101-104.

47. Prodi, Paolo. *Una Storia della Giustizia: dal pluralismo dei fori al moderno dualismo tra coscienza e diritto*. Bolonha: Il Mulino, 2000: 107.

48. Tropper, Michel. *La philosophie du droit*. Paris: Presses Universitaires de France, 2003: 76-94.

49. Grossi, Paolo. "Storia di esperienze giuridiche e tradizione romanistica. (A proposito della rinnovata e definitiva 'Introduzione allo Studio del Diritto Romano' di Riccardo Orestano)". *Quaderni Fiorentini per la Storia del Pensiero Giuridico*



Para o historiador italiano, se alguma efetividade pode ser encontrada no direito medieval, esta depende da experiência de um ordenamento vivido, fruto de sua complexa *cultura jurídica*. Entretanto, sendo para ele um *vaso vuoto*, o direito emerge da sociedade e se mantém indiferente à vontade do príncipe, que exerce um poder incompleto e incapaz de assimilar as condutas humanas. Apesar da crença exagerada na cultura jurídica e no essencialismo de um “ordenamento” total, o que não aceitamos inteiramente é a sua análise sobre o papel dos legistas na definição do estatuto do poder público. Com essa convicção, ele acaba por limitar o trabalho dos juristas medievais à mera *interpretatio* do costume e da *equitas ruda*, ignorando a racionalidade construída pela dogmática para operar os sintagmas da lei escrita,⁵⁰ em que o culto à textualidade vem como maneira de fixar o poder segundo as concepções que tornam possível o direito público.⁵¹

Mas é quando essas questões são levadas à sua forma mais contundente, ou seja, à aplicação da força coercitiva da autoridade, a dimensão discursiva do direito público passa a ganhar contornos particulares.⁵² Avançaram nessa ideia os escritos de Mario Sbriccoli, notando que, sob o resguardo da *concordia civium*, a discursividade construída pela *ratio iuris publici* chegara a uma nova abstração hierárquica do ordenamento. Dele, emergiu a autoridade com capacidade para executar sanções sobre os sujeitos particulares, transferindo o âmbito do crime privado para a esfera do delito público, ou seja: *quella che avrebbe condotto alla pubblicizzazione del penale attraverso una sostanziale fungibilità dell'azione privata con quella pubblica, accompagnata da una progressiva riduzione della transazione penale all'ambito del risarcimento del danno*.⁵³ Analisando o mesmo problema no contexto inglês, Berman notou que a discursividade do direito assumiu a capacidade de plasmar a antiguidade do costume às demandas de um novo momento, no qual o processo judicial é reivindicado pela autoridade pública do monarca —ainda que *to do so, however, would be to weaken public confidence in the legality on which his legitimacy rested*.⁵⁴ Sucedeu algo similar no reino da Sicília, onde Rogério II promulgou por *iuris et legum auctoritatem* as *Assisi di Ariano* (1140?)⁵⁵ como forma de convergir a notável variedade de fontes jurídicas presentes no reino sob a utensilagem teórica do romanismo, superando assim as instâncias baroniais e eclesiásticas para acabar retendo em sua corte a competência de uma alta jurisdição sobre matérias de caráter geral, principalmente quando essas matérias tocassem as alçadas criminais.⁵⁶

Mesmo assim, a questão não se encerra apenas no dualismo público-privado, já que o campo de validade normativa dessa doutrina juspublicista dependia de um intercâmbio profundo com o di-

Moderno, 17 (1988): 548-549.

50. Remeto à minha resenha crítica sobre a tradução brasileira de P. Grossi em Tostes, Rogerio R. “A cultura jurídica como (arte)fato: uma pontuação historiográfica”. *História da Historiografia*, 20 (2016): 180-182.

51. Vallejo, Jesús. *Ruda equidad, ley consumada...*: 331-337.

52. Natalini, Cecilia. “*Bonus iudex*”. *Saggi sulla tutela della giustizia tra Medioevo e prima età moderna*. Trento: Università degli Studi di Trento, 2016: 122.

53. Sbriccoli, Mario. “‘Vidi communiter observari’. L'emersione di un ordine penale pubblico nelle città italiane del secolo XIII”. *Quaderni Fiorentini per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno*, 27 (1998): 237.

54. Berman, Harold J. *Law and Revolution: The Formation of the Western Legal Tradition*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1983: 459.

55. Sobre a cronologia das constituições sicilianas, ver o debate entre Kenneth Pennington e Ennio Cortese, em que o primeiro sustenta a datação do manuscrito latino no século XII (BAV. Vat. Lat., Ms. 8782) e rejeita a nomenclatura corrente das *Assisae* empregada pela historiografia italiana. Pennington, Kenneth. “The Constitutiones of King Roger II of Sicily in Vat. lat. 8782”. *Rivista Internazionale di diritto comune*, 21 (2010): 35-54.

56. Romano, Andrea. “Diritto romano e diritto longobardo nella legislazione delle Assisi”, *Alle origini del costituzionalismo europeo. Le Assise di Ariano. 1140-1990*, Ortensio Zecchino, dir. Roma: Laterza, 1996: 176-185.

reito canônico, o que punha à prova qualquer possibilidade de pureza instrumental que regesse os comandos da autoridade soberana. Vemos melhor os limites dessa normatividade com o praticado na sobreposição de duas noções distintas como a de *iurisdictio generalis* e a de *corpus mysticum-ecclesia*,⁵⁷ as quais nem sempre atuavam harmonicamente em reforço uma da outra. Há situações-limite em que o poder civil não vai de encontro às demandas punitivas do gládio espiritual, pondo em questão a validade de posições supletórias fechadas no par *communitas civium-corpus fidelium*. Quando se apresentam os coletivos tacitamente excluídos do arranjo republicano cristão, como as comunidades hebraicas⁵⁸ e moçárabes, os limites da tutela exercida pelo soberano punham à descoberto o cerne jurídico do problema.⁵⁹ No caso específico da legislação que controla a usura,⁶⁰ essa particularidade ainda traz um ponto adicional, pois faz abrir uma nítida fissura entre a juridicidade do poder secular e as requisições da Igreja pela aplicação de normas criminais, as quais se fundamentam no plano ético-religioso para coibir a conduta de particulares que estão além dos jurisdicionados da comunidade cristã.⁶¹ Na perspectiva dos soberanos aragoneses, a *ratio puniendi* dessas condutas usurárias não chegam a justificar uma causa punitiva por parte dos tribunais régios⁶² com o mesmo

57. Os termos são tratados indistintamente por Tomás de Aquino, *Ecclesia quae est Corpus Christi*, dando à primeira o sentido histórico de uma presença mundana. Veja Useros, Manuel. “*Statuta Ecclesiae*” y “*Sacramenta Ecclesiae*” en la *Eclesiología de St. Tomas*. Roma: Libreria Editrice dell’Università Gregoriana, 1962: 92-94. Mas, como foi observado por Lubac, já em pleno século XI Bruno de Würzburg se aproximou muito dessa ideia em seus comentários ao *Livro de Salmos*, associando três sintagmas a um mesmo sentido: *caro Christi, corpus Ecclesiae e corpus fidelium*. Lubac, Henri de. *Corpus Mysticum: l’eucharistie et l’Église au Moyen Âge*. Lião: Aubier, 1948: 358. Depois de Tomás, essa noção se tornara comum e reconhecida para especificar o plano ordenamental da jurisdição eclesiástica. Veja Madrigal, Juan Santiago. *La Eclesiología de Juan de Ragusa O.P. (1390/95-1443)*. Madrid: Universidad Pontificia Comillas, 1995: 390-391.

58. Guillem Maria de Brocà, comentando sobre o status do judeu, trata de observar *una classe especial que era de hombres sujetos a vasallaje o de personas libres, según el lugar en que habitaban, y que, objeto de la saña popular, lo fué en la época siguiente de medidas protectoras en atención a la necesidad que de su trabajo y sus caudales tuvo el poder real*, mencionando os us. 11 (*Judei caessi*) e 51 (*Judei jurent*). Brocà, Guillem Maria de. *Historia del derecho de Cataluña, especialmente del civil del mismo territorio en relación con el Código Civil de España y la jurisprudencia*. Barcelona: Herederos de Juan Gili, 1918: I, 215.

59. Houve uma estreita relação entre os judeus e os reis aragoneses, notado pelo reconhecimento dado a alfamas e a proteção de singulares. No reinado de Jaime I essa a atenção ganha formalização jurídica mais nítida, recolhendo documentos relevantes, como a constituição real de 1240 sobre os contratos de crédito entre judeus e cristãos, em que se dava um expresse reconhecimento aos costumes hebraicos — *acostumats en los juraments dels Jueus, a ells apres en tot loc sien specificats, e aquella solemnitat en lurs juraments irrefragablement sie servada, la qual perço que sots cuberta de ignorancia no puxa esser irritada, (...) per ço que aqui sie servada e per los Bisbats los deffensors de las Ciutats la fagan inviolablement observar. Constitutions y altres drets de Cathalunya*. Barcelona: En casa de Joan Pau Martí, y Josep Llopis, Estampers, 1704: primeira parte, 48-50 (livro IV, título VI, 2). Em 1268, o mesmo rei Jaime emitiu uma carta de privilégios aos judeus de Lleida, reconhecendo-lhes o direito de culto e a proteção jurídica da alfama (ACA. RC. Pergamins. Jaume I, ms. 1955). Davam-se ainda outros tantos privilégios aos judeus dos condados pirenaicos de Rossillon e Cerdagne ao longo da década de 1270, permitindo-lhes o comércio e a coexistência com os burgueses das vilas dos condados pirenaicos; veja Vidal, Pere. “Els jueus dels antics comtats de Rosselló i Cerdanya”. *Calls*, 2 (1987): 27-112. Durante os *avalots* da década de 1340, quando a massa popular atribuía aos judeus a culpa pelas ondas de fome e peste que assolavam o Principado, Pedro III encontrou a necessidade de dar maiores garantias para, talvez preventivamente, proteger alfamas como as de Manresa (ACA. RC. Cartes reials, ms. 2411), Lleida, Tàrraga e Barcelona que já viam a ameaça dos ataques de bandos ocorridos a partir de 1348. Para uma descrição meticulosa desses eventos, ir a Muntané, Josep Xavier. “Aproximació a les causes de l’avalot de Tàrraga de 1348”. *Revista Catalana Anual d’Estudis Hebraics*, 8 (2012): 103-129.

60. Todeschini, Giacomo. “Jewish Userers, Blood Libel, and the Second-Hand Economy. The Medieval Origins of a Stereotype (from the Thirteenth to the Fifteenth Century)”, *The Medieval Roots of Antisemitism: continuities and discontinuities from the Middle Ages to the present day*, Jonathan Adams, Cordelia Heß, dirs. Nova Iorque: Routledge, 2018: 341-551.

61. Kaye, Joel. *A History of Balance, 1250-1375: The Emergence of a New Model of Equilibrium and its Impact on Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014: 81-87.

62. Denjean, Claude. *La Loi du Lucre. L’usure en procès dans la Couronne d’Aragon à la fin du Moyen Âge*. Madrid: Casa de Velázquez, 2011: 337-339, e também 390 e seguintes. Sobre a legislação real que regulava a atividade usurária dos judeus em Catalunha, consultar Riera Sans, Jaume. “Les disposicions de Jaume I sobre les usures dels jueus: informe preliminar”. *Imago Temporis. Medium Aevum*, 4 (2010): 519-536.



teor de gravidade dado pelo direito canônico.⁶³ Esses embaraços teórico-legais se assomam ainda ao fato de que os reis aragoneses assumiriam *de iure* a proteção de minorias judaicas e moçárabes, inserindo uma tal obrigação entre as prerrogativas constitutivas de seu poder público.⁶⁴ Ante a complicada profusão dos campos da regulação jurídica baixo-medieval, o trabalho de artesanato dos juristas tendia a privilegiar um tipo de elaboração hipotética que servisse como ponto de partida para a solução de obstáculos mais práticos.

A via do direito público se tornava mais patente pela necessidade encarada por muitos juristas no último quarto do século XIII, que aplicavam seu intento sistematizador redigindo *ordines iudicialium* a fim de classificar os atos formais do processo e dar um feitiço mais coerente à teoria jurisdicional em voga. Assim havia se encaminhado um dos doutores de Orléans, o jurista Guilherme Durando, o qual deixou um claro exemplo em seu *Speculum iudiciale* do acomodamento entre as duas distintas percepções jurídicas de mundo, a dos *iura radicata* e do *ius commune*.⁶⁵ A mera necessidade de classificar os ritos judiciais num tratado de direito processual mostra o horizonte pragmático em que os jusperitos se moviam para construir seus esquemas hierarquizantes; neles, o papel do *princeps* servia como conceito meramente abstrato, o qual se apresenta útil na resolução de problemas fáticos à medida que essa tecnicidade convém na elaboração das estruturas regulatórias para o domínio jurisdicional.⁶⁶

Como tal, ele é visto como o vértice que justifica a transferência de poderes que mantém a armação institucional da comunidade: *Praemissa autem vera sunt nisi causa sit a principe delegata*.⁶⁷ Por esse expediente, Durando já discernia a necessidade de que o príncipe concentrasse o poder e representasse a *lex animata* a fim de dar pleno efeito a um ordenamento capaz de resguardar a utilidade pública em detrimento de interesses de particulares —*et publica utilitas includens in se privatam, preferenda est privatae*.⁶⁸ Esse ordenamento abstrato sustentava a necessidade tópica do sistema tal como cogitado pelos medievais e que, à diferença do preceito moderno, não via o *ius publicum* como o superior normativo, mas tão somente como um direito que representava a reunião das múltiplas valências corporativas da sociedade; ou, para resgatar um termo de Kern, havia um direito público como “mera participação legal” (*als bloße Rechts Bewahranstalt*) sem que por isso se

63. Em perspectiva global, os efeitos trazidos com as novas condenações de direito canônico instituídas no II Concílio de Lião (1274) acabaram aumentando a pressão sobre os respectivos monarcas cristãos. Veja Dorin, Rowan W. “Canon law and the problem of expulsion: The Origins and interpretation of *Usurarum voraginem* (VI 5.5.1.)”. *Zeitschrift der Savigny-Stiftung für Rechtsgeschichte*, 130 (2013): 129-161.

64. Riera Sans, Jaume. *Els jueus de Girona i la seva organització. Segles XII-XIV*. Girona: Patronat Call de Girona, 2012: 74-79. Sobre o tratamento jurídico dado aos judeus nas legislações tardo-antigas, teodosiana e visigótica, veja Baccari, Maria Pia. *Cittadini popoli e comunione nella legislazione dei secoli IV-VI*. Turim: Giappichelli, 2011: 239-241; Sisebutus Rex, Flavius. “Lex Visigothorum Recessevindiana”, *Monumenta Germaniae historica. Fontes Iuris Germanici Antiqui in usum scholarum ex Monumentis Germaniae Historicae separatim editi. Leges Visigothorum Antiquiores*, ed. Karolus Zeumer. Hannover: Bibliopolii Hahniani, 1894: 307-309.

65. Chiffolleau, Jacques. “Le procès comme mode de gouvernement”, *L’età dei processi. Inchieste e condanne tra politica e ideologia nel ‘300* (Atti del Convegno di Ascoli Piceno 30 novembre-1 dicembre 2007), Antonio Rigon, Francesco Veronese, eds. Roma: Istituto Storico Italiano per il Medio Evo, 2009: 336.

66. Boulet-Sautel, Marguerite. “Le Princeps de Guillaume Durand”, *Études d’Histoire du Droit Canonique dédiées à Gabriel le Bras*, Pier Giovanni Caron, coord. Paris: Sirey, 1965: 805-806.

67. Durandi, Guilielmi. *Speculum Iuris Guilielmi Durandi Episcopi Mimantensis, I.V.D. cum Io. And Baldi de Vbaldis, aliorum[ue] aliquot praestantiss. iurisc. theorematibus: Nunc denuo ab innumeris, quibus antea scatebat, erroribus atque mendis summa industria, & labore repurgatum. Pars prima*. Veneza: Societa Aquilae Renovantis, 1602: III, I, De accus. § 4, n. 5.

68. Durandi, Guilielmi. *Speculum Iuris*... IV, III, De feudis, § 2, n. 32.



ferissem as esferas privadas de jurisdição, das quais o próprio poder público do monarca viria a ser uma porção constitutiva, mas sem qualquer superioridade intrínseca.⁶⁹

Tendo dito tudo isso, a questão da *soberania* e da própria composição do direito público descortinados no século XIV não devem ser encaradas pela presença ou ausência de um sentido de legalidade estrita, que fosse a vez garantida pelo direito romano, já que o significado empregado por esse novel juridicismo esteve ligado ao “estatuto fraco” do constitucionalismo medieval.⁷⁰ Em suma, é importante ter claro que forma de efetividade do discurso jurídico pleiteado pelo direito romano se aproximava mais a um tipo *sinético* que legalista, e como tal deve ser encarado em sua longa expansão pela cultura política das monarquias medievais.

5. O repertório juspublicista na prática legal catalã

Quando aplicada a lógica da recepção juspublicista vinda do direito romano para o contexto institucional catalão, compreendemos a compatibilidade desses preceitos, que não se preocuparam em separar o *método* do próprio conteúdo formal do direito comum. Assim procediam os juristas do século XIV, ao fazer uso das ferramentas interpretativas dos comentadores para solucionar as suas próprias casuísticas.

Em uma longa dissertação acerca do *us. Se quis alicui criminalem*, Jaume Callís tentava resolver a questão em torno do impasse semântico na abordagem da injúria no crime de *felonia*,⁷¹ afastando a pura imputabilidade dada pelo direito romano para colocar em seu lugar a força degorratória dos *Usatges* —*hic quis ista iura usaticorum tanquem novissima in hac patria derogant predicto iuri co[m]mun[i]*.⁷² No mencionado comentário de Callís, a questão já excedia o âmbito restrito das obrigações feudais e atingia os demais extratos sociais, *tam nobili quam ignobili*, passando a incluir uma nova gama de delitos, muito genérica em razão da prática jurisprudencial que transformara em delito contra a fé pública a falta à fidelidade privada, daí a longa lista de ocorrências para o termo: *iniuriam verbalem*

69. Kern, Fritz. *Recht und Verfassung...*: 73.

70. La forte ripresa della tradizione retorica che indicava nella giustizia una virtù indispensabile per il “principe”, consegnando alla riprovazione morale ed alla dannazione i potenti che l’avessero calpestate, aveva implicazioni assai importanti, rispetto allo statuto “debole” del costituzionalismo medievale. Da una parte, questa sorta di interiorizzazione delle massime della giustizia introduceva una prospettiva diversa rispetto a quella tradizione “giurisdizionale” che, pur all’interno di un ordine normativo plurale e complesso, additava tuttavia ai poteri territoriali i binari concreti e obbliganti della ritualità e del rispetto delle consuetudini; dall’altra apriva, nella lunga durata dell’Occidente, vie d’uscita meramente discorsive al problema fondamentale dell’effettività, dei meccanismi di sanzione e controllo sull’applicazione di regole e principi solennemente proclamati. Alessi, Giorgia. “Tra rito e norma. La legalità prima della legge”. *Quaderni Fiorentini per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno*, 36 (2007): 50.

71. *Fellonia* é um termo de provável origem germânica alto-medieval, ainda presente nas línguas galo-ibéricas e ibero-romances, que denotava um predicado daquele que agia com “deslealdade”, “ira” ou “loucura”. Veja-se assim o *us. 20. Si quis alicui criminalem*, e mais o extenso comentário de Albert, Pere. *Usatges de Barcelona i Commemoracions de Pere Albert*, ed. Antoni Rovira Ermengol. Barcelona: Barcino, 1933: 195-199 (*Commemoració* 43). Na linguagem feudo-vassálica dos séculos XI-XIII, o vocábulo pode ser aplicado à falta ou injúria cometida por um nobre a seu senhor, tornando-se, portanto, oposto à ideia de *fidelitas* conhecida no léxico feudal. Rondón, Eulalia. *El lenguaje técnico del feudalismo en el siglo XI en Cataluña*. Barcelona: Escuela de Filología, 1957: 117. Para Coromines, é derivado de *felló*, que possui a mesma raiz em occitânico e francês de *felon*, originando o termo castelhano *follón*. Entretanto, ele nada diz sobre os *Usatges*, limitando-se às fontes literárias do século XIII em diante. Coromines, Joan. *Diccionari Etimològic i complementari de la Llengua Catalana*. Barcelona: Curial, 1982: III, 938-939.

72. [...] *cum ibi notatis per Perticam et Cinu[m] solutio, aliud est de iure co[m]mun[i] ut ibi, et aliud usaticorum ut hic quis ista iura usaticorum tanquem novissima in hac patria derogant predicto iuri co[m]mun[i] iuxta no. per Bart[olom] in l. o[mn]es populi ff. De iustitia et iure. et est suas per hoc i. eo. in usatico Iudicia curiae. Antiquiores Barchinonensium leges, quas vulgus usaticos appellat, cum comentariis supremorum iurisconsultorum. Cum indice copiosissimo non antea excussae. Iacobus Monte Iudaico, Iacobus Vallesica, Guilielmus Vallesica, Iacobus Calicius. Barcelona: Impressum per Karolum Amoros, 1544: f. 31v, us. Si quis alicui criminalem.*



criminationem inse continentem puta homicidam eum vocant, vel adulterum, vel falsatorem monete, vel furem, vel raptorem, et sic de alijs criminationibus et convirijs tam privatorum quam publicorum Iudiciorum. Esta reivindicação permitiria descindir a dimensão punitiva da injúria *per folliam* em dois gêneros —uma, por “ação voluntária” e, outra, por ato daquele que age *cum calore ire*—, razão pela qual, antes de definir um *típus*, obrigava-se a recorrer ao arbítrio do tribunal público.

Um semelhante juízo de valor casuístico foi notado em Bertran de Seva, que na glosa ao mesmo *us.* 20 concluiria ser *injúriam que vera est nulla pena tenetur propter generalem rationem que ibi sequitur peccata [...]* *neccessarium et (cetera) generaliter enim sententiandum est.*⁷³ Ele tentou estabelecer com tal solução um controle das provas que a lei por si mesma não teria, transferindo o problema ao exame *in casu* feito pelo arbítrio do magistrado. Assim, diante de um fato prático, a dogmática jurídica se moveu em seu terreno particular para invocar o direito comum como a sua mera “razão geral”,⁷⁴ então necessária para produzir os substratos de uma técnica que genericamente se poderia situar como a parte do *direito público* dos civilistas.

Por isso, a despeito dessas noções e do constante emprego dos textos de autoridades jurídicas reconhecidas no mundo baixo-medieval, como Cino e Bártolo, vale insistir que a recepção do direito romano se deu pela técnica, uma técnica refletida no próprio estilo de época que se via projetar na retórica jurisprudencial dos legistas. Aí se encontra o refinamento do discurso jurídico que permitiu àqueles o elucubrar de questões difíceis e aparentemente contraditórias, como o status do soberano na transição de uma ordem jurídica estritamente feudal. Desse modo foi que, a exemplo dos reis franceses, o príncipe se apoiaria na *bona et optima ratio* do direito para reclamar uma alta jurisdição civil e criminal e a sua exclusiva capacidade de julgar aquelas matérias sem uma previsão consuetudinária —*novitatis cause solum ad Regem spectat cognitio, et solum in curia ventilatur.*⁷⁵

Uma semelhante autoridade seria reivindicada pelos soberanos catalães, ciosos do controle alcançado pelo direito público que seria distribuído em sua cúria ou por meio da ação de seus comissários. Mas esta questão encontraria um fator que singularizava o Principado da Catalunha, uma denominação por si mesma problemática e que só apareceria nos meados do XIV, tendo sua própria fortuna dentro da construção doutrinal dos civilistas catalães⁷⁶ e com demandas especiais à vista da casuística adotada pelas escolas jurisprudenciais dos reinos vizinhos.

73. *Cataluña Medieval. Edición del ms. lat. Z-1-3 del Real Monasterio de El Escorial*, ed. Aquilino Iglesia Ferreirós. Barcelona: Associació Catalana d'Història del Dret Jaume de Montjuïc, 2008: II, 54-55.

74. *Ratio general, sensum naturalem* ou *seny natural*, também referida como noção de *ratio scripta*, enquanto no século XV, e mesmo um pouco antes, dava-se o emprego da *bona rahó*. Ver a Serrano Daura, Josep. *Senyoriu i municipi a la Catalunya Nova: Batllia de Miravet, comandes d'Horta, d'Ascó i de Vilalba, i baronies de Flix i d'Entença*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra (tese de doutorado), 1996: I, 207-209; Montagut, Tomàs de. “La cultura jurídica europea del *ius commune* (s. XII-XV): la teoría y la práctica de sus juristas”. *Ius Publicum*, 20 (2008): 39-52; Iglesia Ferreirós, Aquilino. *La Creación del Derecho. Una historia de la formación de un derecho estatal español*. Madrid: Marcial Pons, 1992: II, 122-126; Obarrio, Juan Alfredo. “El derecho romano como *ratio scripta* en la Corona de Aragón. Un supuesto práctico: la prueba testifical en la posesión inmemorial”. *Anuario da Facultade de Dereito da Universidade da Coruña*, 16 (2012): 534-540; Vallet de Goytisolo, Juan B. “*Seny natural, equitat y bona rahó* en la tradición del derecho de Cataluña. Discurso de investidura como Doctor *honoris causa* en la Universidad de Cervera (17 de octubre de 2009)”. *Verbo*, 479-480 (2009): 753-755.

75. Breuil, Guillaume du. *Stilus curie parliamenti*, ed. Félix Aubert. Paris: Picard, 1909: 207; Breuil, Guillaume du. *Style du Parlement de Paris*. Paris: Dalloz, 2011: 207 (XXIX, 5).

76. Sobre o conjunto de ideias que circulava entre os juristas catalães durante a recepção do *ius commune*, remeto ao trabalho pioneiro de Ferran Valls, originado de sua tese doutoral publicada em 1915 e republicada em castelhano. Valls Taberner, Ferran. “Los abogados en Cataluña durante la Edad Media”, *Obras Selectas*. Madrid-Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1954: II, 290.



6. A unidade jurisdicional: uma teoria da afirmação monárquica

Apesar de aparentemente resolvido, o problema da unidade jurisdicional dos domínios da Catalunha sob a égide do conde de Barcelona, já demonstrado de modo preciso por Montjuïc, e logo reiterado pelos juristas posteriores, ainda continua a atrair questionamentos dos historiadores menos familiarizados com o ambiente institucional catalano-aragonês. Resta viva a questão sobre o paradoxal *título do conde barcelonês, simultaneamente princeps* e barão, disputando às vezes com seus pares a primazia jurídica que a prática já havia imposto desde o consórcio dinástico com Aragão.

De algum modo, essa mesma questão persistia através do próprio caráter fragmentado e insolúvel dos *Usatges* sempre que ele fora tomado como autoridade jurídica sobre a totalidade dos domínios catalães.⁷⁷ A formação dos *Usatges* representou bem esse mesmo papel ambíguo que explica a coexistência de *usualia* e *leges* na assimilação de um denso corpo legal⁷⁸ construído ao longo dos séculos XII e XIII, coincidindo com o próprio assentamento da dinastia em sua afirmação soberana.⁷⁹ É essa distinção que será retomada mais tarde por Jaume Callís: *huius regiam potestatem in comitatu suo Barchinonae, predictos usaticos constituerit tenere ut hic i[n] prin. sequitur*,⁸⁰ ao descrever a faculdade do soberano para instituir novos *usatges* em caráter de leis positivas, equiparando a faculdade legislativa do Imperador à do conde de Barcelona para editar novas constituições de efeito geral.

O próprio limite deixado pelo *costume* conferia um propósito particular à faculdade soberana do rei para “constituir” novas leis.⁸¹ Isso nos leva a lembrar que o *constituere* da potestade soberana não significa criar, mas sim a de declarar uma decisão que recolhe a boa lei do volume difuso dos direitos arcaicos.⁸² Desta forma, quando o *princeps* “estatui” o direito, atua por meio de uma prerrogativa enunciativa sobre a base jurisdicional de seus ordenamentos; atividade que em muito se limita à declaração e reforma do enunciado da tradição —*dirigida a declarar los iura*, como observou Aquilino Iglesia, *ya establecidos y a mejorar lo establecido contra la equidad que, para la mentalidad alto-medieval, no era ius*.⁸³

Esta era uma ideia que Jaime II já havia deixado clara ao pretender transformar os foros feudais do reino aragonês em ordenamento geral,⁸⁴ um ordenamento que se impunha como constituição para o alcance de todos os seus súditos e, mesmo ditada *de voluntate et consensu* em cortes, só possuía força de lei enquanto partisse do mandamento régio. *Nos [...] fecimus constitutiones nostras*

77. Sobre isso, veja o comentário de Jaume Callís: Calicius, Jacobus. “Prologus”, *Antiquiores Barchinonensium leges, quas vulgus Usaticos appellat, cum comentariis*. Barcelona: Karolum Amorosum Provensal Impensis honorabilium Mercatorum Raphaelis Dauber & Jacobi Laceras, vibliopolarum Cicium Barchinonae, 1544: f. Vr. Também, pode-se remeter a Kosto, Adam J. “The limited impact of the Usatges de Barcelona in Twelfth century in Catalonia”. *Traditio*, 56 (2001): 53-88.

78. Iglesia Ferreirós, Aquilino. “De Usaticis Quomodo Inventi Fuerunt”. *Initium*, 6 (2001): 39.

79. Bisson, Thomas N. *Medieval France and her Pyrenean Neighbours: Studies in Early Institutional History*. Londres: The Hambledon Press, 1989: 245-246.

80. Calicius, Jacobus. “us. Haec sunt”, *Antiquiores Barchinonensium leges, quas vulgus Usaticos appellat, cum comentariis*. Barcelona: Karolum Amorosum Provensal Impensis honorabilium Mercatorum Raphaelis Dauber & Jacobi Laceras, vibliopolarum Cicium Barchinonae, 1544: f. VIv.

81. Contamine, Philippe. “Le vocabulaire politique en France à la fin du Moyen Âge: l’idée de réformation”, *État et Église dans la genèse de l’État moderne*, Jean-Philippe Genet, Bernard Vincent, dirs. Madrid: Centre national de la recherche scientifique-Casa de Velázquez, 1986: 145-156; Giordanengo, Gérard. “Le pouvoir législatif du roi de France (XI^e-XIII^e siècles): travaux récents et hypothèses de recherche”. *Bibliothèque de l’École des Chartes*, 147 (1989): 283-308.

82. Merêa, Manuel Paulo. *Estudos de História do Direito*. Coimbra: Coimbra Editora, 1923: 175. E, também, a mesma ideia de maneira mais elaborada em Kern, Fritz. *Recht und Verfassung...*: 69-70.

83. Iglesia Ferreirós, Aquilino. “De Usaticis Quomodo Inventi...”: 49.

84. Francisco Olmos, José María de. “Jaime II y la ‘constitución’ de la Corona de Aragón”. *Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval*, 11 (1996-1997): 521-529.



perpetuas, dizia o monarca, que pretendeu fazer valer sua capacidade superior em ditar foros novos e reformar os antigos.⁸⁵ Se acompanharmos a mudança qualitativa dos termos da *potestas* com que se permitia o exercício de uma efetiva autoridade pública do titular régio, assistiremos ao evoluir da ideia de *princeps* entre mundos muitos distintos, na qual ele deixa o lugar de árbitro superior no equilíbrio feudal⁸⁶ e passa ao de criador da lei e esteio legitimante do direito.⁸⁷

Ao se olhar de perto o caso do reino aragonês, vê-se que ali aparece uma profunda incidência do modelo senhorial, mais consolidado do que nos demais reinos da Coroa. Em muitos casos o exemplo feudal aragonês mostra distinções quanto ao quadro institucional catalão, nota-se com isso que a transformação qualitativa dos termos num e noutro lugar foi bastante sensível. Observamos pelo menos dois contrastes interessantes, um que toca a evocação do posto de um *soberano natural*, outro, com a figura do *sire* feudal; embora eles coexistam no tempo, vão pouco a pouco convergindo à designação de um *senhorio natural*,⁸⁸ conceito híbrido por excelência que expressa simultaneidade do titular da autoridade pública e do suserano feudal.⁸⁹

Esta convergência no vocabulário institucional fora possível graças à qualificação cada vez mais frequente dos barões como *súditos* do reino, concepção que vai tomando espaço das referências tradicionais sobre o conjunto de *vassalos*. A primeira ideia está a expressar a verticalização da supremacia régia, que não abandona os ligames feudais entre suserano e vassalo, mas adiciona a eles uma dimensão “pública” até então não verificada na textualidade dos pactos de fidelidade.⁹⁰ Embora se reconheça o linguajar comum usado na relação de natureza entre os senhores e seus dependentes, nota-se, na passagem do século XIII para o XIV, uma migração da semântica exclusivamente feudal, em que a *senhoria natural* tornara-se parte constitutiva da verticalização monárquica, já em pleno desfavor dos vínculos locais mantidos pelos poderes baroniais,⁹¹ enquanto se fazia persistir a ambiguidade dos empregos de um e outro caso, como fizera o próprio Bernat Desclot ao relatar o complexo cenário de fidelidades entre barões e soberano, mas sempre valorizando o protagonismo desse último.⁹²

Pouco a pouco, essa relação de “natureza” vai tomando assento na acepção da *terra* como microcosmo de um ordenamento jurídico preciso que, forçosamente, integra todos os que estão den-

85. *Fueros y observancias del Reino de Aragón*, eds. Pascual Savall, Santiago Penen. Saragoça: sem editor, 1866: I, 10.

86. Besta, Enrico. *Storia del Diritto italiano*. Milão: Hoepli, 1923: I, 433.

87. Krynen, Jacques. “*Voluntas domini regis in suo regno facit ius*. Le roi de France et la coutume”, *El dret comú i Catalunya (Actes del VII Simposi Internacional, 24-24 de maig de 1997)*, Aquilino Iglesia Ferreirós, dir. Barcelona: Fundació Noguera, 1998: 59-89; Giordanengo, Gérard. “Le pouvoir législatif du roi de France...”: 307-308.

88. Lafuente Gómez, Mario. *Un reino en armas. La guerra de los Dos Pedros en Aragón (1356-1366)*. Saragoça: Institución Fernando el Católico, 2019: 29-46.

89. Hébert, Michel. *La voix du peuple. Une histoire des assemblées au Moyen Âge*. Paris: Presses Universitaires de France, 2018: 95-100.

90. Besta, Enrico. *Il diritto pubblico nell'Italia superiore e media dalla restituzione dell'Impero al sorgere dei Comuni*. Pisa: Nistri, 1925: 79-89.

91. Sabaté, Flocel. *El territori de la Catalunya medieval. Percepció de l'espai i divisió territorial al llarg de l'Edat Mitjana*. Barcelona: Fundació Salvador Vives i Casajuana, 1997: 340-341.

92. Eis um exemplo do sentido empregado pelo cronista, que pode ser facilmente matizado por outros adiante: *E los homens de la vila vergonyaren lo, per ço com era llur senyor natural, e feren li tuyt loch, e lexaren mal llur grat ço que havien aturat. E axi lo comte, com viu que tota la companya del rey e les adzembles foren lla defora la vila, punyi son cavall dels sperons e dona salt defora; e els homens de la vila faeren semblant ques tinguessen tots per morts e per deseparats, e ploraren e deyen que s'en yrien ab lo comte llur sehyor e que farien ab ell mort e vida, bon que anas. Mas ells no eren despagats per ço com lo comte s'en anava enans eren dolents com lo rey e els cavallers los eren axi escapats, que nols havien pogut trair ne lliurar al rey de França a qui u havien promes*. Desclot, Bernat. *Llibre del rei en Pere*, ed. Stefano M. Cingolani. Barcelona: Barcino, 2010: 372-373 (capítulo CLII).



tro dela a participar das assembleias de todos os estamentos do reino, as chamadas *cortes gerais* do Principado.⁹³ Passa-se a criar uma obrigação que supera a ideia arcaica do dever de auxílio feudal e a integrar a universalidade dos súditos —literalmente, empregando o termo *subjectorum*— vinculados ao príncipe como *o rei e senhor natural* sobre a totalidade do reino.⁹⁴ Essa seria precisamente a ideia elaborada por Pere Albert ao conjugar ambas as fontes da autoridade num horizonte que apenas começava a esboçar a supremacia pública do titular régio, na qual todos os vassallos e barões tinham um vínculo que supera o liame privado: *aquestos aytals són homes del Príncep per dret de feultat e per dret de general jurisdicció que el Príncep ha en son Regne*.⁹⁵ Guarda-se, pois, um poder de natureza ambivalente que compõe o exercício teórico e prático dos soberanos catalano-aragoneses em cada um dos reinos privados da Coroa; e, justamente por isso, o papel desempenhado pela recepção do direito romano é difícil de apreender se não se levar em conta as particularidades institucionais de cada um dos reinos integrantes da união dinástica de Aragão.

De modo análogo, os *usualia* contidos no código barcelonês deixam à mostra parte dessa elaboração no interior da cúria condal, dando pistas sobre a origem e a relação com o universo jurídico feudal ora vigentes nos demais condados catalães em que se assimilavam os *mores*, pouco a pouco condensando pelos preceitos legais à maneira de *judicia*. O texto prova em sua antiguidade a ausência de um centro irradiador de autoridade jurídica, dando lugar aos costumes fixados como leis *secundum usaticum* e em acordo à prática curial. Quando o rei abandonara, a partir de 1283, a prática de incluir novas leis à maneira de *usuaticum* e passara a promulgar as constituições diante das cortes gerais da Catalunha, consolidou-se também o reconhecimento de um direito de efeito geral para o Principado, criando assim um novo precedente para justificar os modelos de emissão legal das cortes.

Nessa mesma época aparecem documentadas as primeiras inclusões de um modelo jurisdicional acursiano, na qual as fórmulas de *imperium* e *mixto imperium* provavam o reconhecimento oficial do soberano catalão, o qual havia de separar seu poder dos domínios baroniais na baixa jurisdição, fazendo assim observância aos antigos usos feudais.⁹⁶ Dadas as circunstâncias desse reconhecimento, o rei se ateve em “restituir” o *mixto imperium* que ele mesmo havia violado durante os anos nos quais tentara impor uma maior centralização jurisdicional.⁹⁷ Assim, a invocação da alta jurisdição se limita ao poder público do monarca,⁹⁸ mas que agora está devidamente acantonado no jogo de decisões e por isso toma distância dos poderes baroniais. Porém, a definição desses limites seria facilmente permeável a novas interpretações, e estas, a novas necessidades conjunturais que fariam da noção de jurisdição um tema a ser redefinido mais tarde pela semântica juspublicista.⁹⁹

93. Sobre o exemplo aragonês, González Antón, Luis. “Las Cortes aragonesas en el reinado de Jaime II”. *Anuario de Historia del Derecho Español*, 47 (1977): 523-682.

94. ACA. RP, 25, ff. 313r-316v.

95. Albert, Pere. *Usatges de Barcelona*...: 184, cap. 34.

96. Pons Guri, Josep Maria. “La potestas, el merum i el mixtum imperium. Estat de la qüestió”. *Recull d'estudis d'història jurídica catalana*, 4 (2006): 132-142.

97. *Constitucions y Altres Drets de Catalunya*. Barcelona: en casa de Joan Pau Martí y Josep Llopis estampers, 1704: I, I, 142.

98. Tostes, Rogerio R. “Autoridad, comunidad política y representación: los cambios semánticos y una mirada hacia atrás en la Cataluña medieval”, *El Parlamentarisme en perspectiva històrica: Parlaments multinivell* (68th Conference of the International Commission for the History of Representative and Parliamentary Institutions, september 2016), Sebastià Serra, Elisabeth Ripoll, dirs. Palma: Parlaments de les Illes Balears-Institut d'Estudis Autònoms, 2019: I, 1027-1047.

99. Costa, Pietro. *Iurisdicção. Semântica del potere político*...: 99-100. Aqui, o autor colige um breve repertório de comentários descendentes da definição de Irnerius (*Iurisdicção est potestas cum necessitate iuris s. redendi equitatisque statuende*), passando por Rogério, Placentino, Cino e Bártolo. Acerca dos dois primeiros, veja Kantorowicz, Hermann U. *Studies in the glossators*



7. O *princeps*: autor ou ministro da lei?

Como é bem sabido, o problema da competência pública do soberano foi levado adiante no século XIII pelos juristas de Orleães, como Révigny e Blanot, atentos em sua tarefa de infundir o direito romano sobre a paisagem jurídica do direito feudal,¹⁰⁰ criando mecanismos de suspensão do costume pela vigência de interesses de ordem geral.¹⁰¹ Hoje, muitos estão de acordo que Cino seguiu as ideias daqueles dois doutores ao incluir, em seus comentários sobre a substância do direito público, a condução e salvaguarda da *utilitas* comum a fim de ditar uma sobreposição ao *ius privatum* dos poderes baroniais.¹⁰² Como atestam as observações feitas por juristas da primeira metade do XIV, de Montjuïc a Jaume de Vallseca, Guillem de Vallseca¹⁰³ e Jaume Callís,¹⁰⁴ seu contágio na Catalunha veio pelas escolas de direito do Midi francês. Esses juristas insistiriam na opinião comum sobre uma separação artificial que tornava a potestade régia isolada dos demais seguimentos feudais, postos hierarquicamente ao nível de um “poder privado” e delegado pela baixa jurisdição do *mixto imperium*.¹⁰⁵ Por outra parte, como muitos de seus pares da época, os reis aragoneses não

of the Roman Law: Newly Discovered Writings of the Twelfth Century. Cambridge: Cambridge University Press, 1936: 122-148. Entretanto, a aplicação desses preceitos na Catalunha passaria por leituras que empregavam o direito consuetudinário, maiormente os ditados pela longa interpretação dos *Usatges* de Barcelona. Assim, vemos como os juristas catalães enfrentariam questões de ordem prática para aplicar diferentes níveis de jurisdição, como a imprescritibilidade de domínios eclesiásticos (*De iure sactorum et potestatem*, us. 114), sem abandonar a premissa básica de jurisdição *unam universitatem* para a generalidade do Principado. Vallesicca, Guilelrmus. “Us. Antequam”, *Antiquiores Barchinonensium leges, quas vulgus Usaticos appellat, cum comentariis*. Barcelona: Karolum Amorosum Provensal Impensis honorabilum Mercatorum Raphaelis Dauder & Jacobi Laceras, vibiopolarum Cicium Barchinonae, 1544: f. Iv. Note-se, por exemplo, as adequações à jurisdição pública expostas por Guillem de Vallseca: *et ut regalia principi pertinent in cathalonis et ista concessa sunt potestatibus in usatico quia iusticiam, contrarium est verum, quia iste usaticus solum habet verum in mero imperium secundum gl. et non in mixto nec aliis iurisdictionibus, ut in constitutione [...] enim constitutione restituit solum princeps possessionem meri imperii et savavit sibi ius in proprietate, et ideo est ibi sine causae cognitione restituitur, et restituit mixtum imperium, es simplicem iurisdictionem et quo ad possessionem ibi cum dicitur tenuerunt [...]*. Vallesicca, Guilelrmus. “Us. Hoc quod iuris est”, *Antiquiores Barchinonensium leges, quas vulgus Usaticos appellat, cum comentariis*. Barcelona: Karolum Amorosum Provensal Impensis honorabilum Mercatorum Raphaelis Dauder & Jacobi Laceras, vibiopolarum Cicium Barchinonae, 1544: 147r.

100. Krynen, Jacques. *L'empire du roi. Idées et croyances politiques en France XIII-XV^e siècle*. Paris: Gallimard, 1993: 78-80.

101. Conte, Emanuele. *La fuerza del texto...*: 118-122.

102. Pistoriensis, Cynus. *Super Digesto veteri*. Lião: Thomas Bertheu, 1547: I, III, 17.

103. A historiografia tem repetido, a partir de Martí de Riquer, que estes dois juristas foram irmãos. Mas nada se sabe de definitivo a esse respeito, dada a variedade de homônimos para o Guillem de Vallseca, que aparecem desde o final do XII, chegando até o ilustre personagem que participa da Compromisso de Caspe, em 1413. Antonio García comenta o caso mas evita lançar conclusões, apenas indicando a improvável existência de um único Guillem, o primeiro graduado em Bolonha c. 1330 e, um segundo, em Montpellier, na década de 1360; já Aquilino Iglesia Ferreirós não hesita em refutar o fato, dada a completa ausência de provas documentais de caráter conclusivo, preferindo supor a existência de vários personagens com um único nome. Em geral, aceita-se que o autor dos comentários nos *Apparatus super Usaticis* tenha sido o mesmo a ocupar o posto de vice-chanceler do rei, entre 1384-1395. Toma-se a tese de que este último Guillem jurista fora mais jovem que Jaume Vallega, o que pode ser notado pelo teor da cronologia de algumas glosas e comentários à legislação de cortes, além de sua própria participação em momentos-chave, como documentado nas Cortes de Barcelona de 1377. ACA. RP, reg. 1500, f. 8v. Veja García y García, Antonio. “El jurista catalán Guillem de Vallseca. Datos biográficos y tradición manuscrita de sus obras”. *Anuario de Estudios Medievales*, 7 (1970-1971): 677-708; Iglesia Ferreirós, Aquilino. “Frangullas ou migallas”. *Initium*, 2 (1997): 642, 649.

104. Calicius, Jacobus. “us. Magnates”, *Antiquiores Barchinonensium leges, quas vulgus Usaticos appellat, cum comentariis*. Barcelona: Karolum Amorosum Provensal Impensis honorabilum Mercatorum Raphaelis Dauder & Jacobi Laceras, vibiopolarum Cicium Barchinonae, 1544: f. LXVr-LXXIIIr; Calicius, Jacobus. “us. Qui fallierit hostes vel cavalcatas”, *Antiquiores Barchinonensium leges, quas vulgus Usaticos appellat, cum comentariis*. Barcelona: Karolum Amorosum Provensal Impensis honorabilum Mercatorum Raphaelis Dauder & Jacobi Laceras, vibiopolarum Cicium Barchinonae, 1544: f. XCIr-Cr.

105. Calicius, Jacobus. “us. Placitare vero”, *Antiquiores Barchinonensium leges, quas vulgus Usaticos appellat, cum comentariis*. Barcelona: Karolum Amorosum Provensal Impensis honorabilum Mercatorum Raphaelis Dauder & Jacobi Laceras, vibiopolarum Cicium Barchinonae, 1544: f. XLIXr.



deixariam de fazer uso da dupla fonte de autoridade que decorria da vinculação feudal e do *ius commune*, apesar das contradições criadas pela aplicação de distintas naturezas jurídicas de potestade.¹⁰⁶

Dava-se o mesmo com a própria prerrogativa régia de convocar as cortes, derivada do instituto feudal dos *Usatges*, mas gradualmente temperada pela prática das assembleias de Paz e Trégua que consolidou, ao longo do século XIII, um *ius consulendi* de exercício privativo do conde de Barcelona. Graças à reiterada convicção da primazia judicial da monarquia é que o Pedro, o Grande, pôde insistir em sua elevada dignidade à frente dos poderes feudais —*ad Regium pertinet solium et subiectorum invigilet [...] attendentes etiam naturalitatem, legalitatem, bonam, fidem, rectum consilium, favorem et auxilium*—,¹⁰⁷ denotando com esse discurso a combinação das bases de legitimação que provinham simultaneamente do substrato feudal e da linguagem romanista, que há décadas já fazia parte da prática jurídica da corte barcelonesa.

Nesse plano de fundo, o soberano não *emite* simplesmente a lei, porém arbitra a sua aplicação, dando ao direito o sentido que confere o “lugar” da identificação entre o justo e o injusto, sendo este um lugar preestabelecido na correspondência dos valores ligados ao costume.¹⁰⁸ A titularidade do encargo régio vai se transformando e passa de *princeps iudex* para *princeps legislator*,¹⁰⁹ tendo de se apoiar na legitimidade de sua cúria de nobres e sábios em leis. Temos uma *curia pares* antes da *curia regis*, gerindo as transações dominiais sobre alienação feudal com investidura e justiça especial, o mesmo já descrito para os *consuetudines feudorum* lombardos.¹¹⁰ A partir do lugar simbólico da *curia*, ao qual podemos apropriadamente chamar o seu *espaço enunciatório*, a lei adquire sua efetividade simbólica e ganha suporte justamente pela confusão de diferentes fontes legais que lhe autorizam, aí se misturam tanto *usatici* e *usualia*, quanto os preceitos da Paz e Trégua com as pragmáticas régias e, finalmente, as constituições e os capítulos emanados das cortes como leis de validade geral. Portanto, a autoridade atribuída ao monarca catalão integra um direito antigo a um direito novo, advento de uma época com necessidades diferentes que requeriam sua elaboração e, por assim dizer, uma reapropriação dos sentidos que provinham do vocabulário feudal e passavam a ser filtrados pelas demandas do discurso régio em sua zona jurisdicional centralizante.

Prontamente, despontariam as dificuldades de se levar a teoria à prática, deixando-se entrever alguns dos obstáculos que a monarquia enfrentava para fazer valer sua posição de primazia sobre todas as jurisdições do reino, ora adentrando, ora recuando aos limites dos domínios baroniais e eclesiásticos.¹¹¹ Desde o final do século XIII, o rei Jaime II toparia com certos embaraços para forçar o reconhecimento da jurisdição régia aos nobres insubmissos, enfrentando a oposição firme do conde de Foix. O mesmo conde já havia impulsionado uma revolta dos nobres¹¹² na Catalunha ocidental no

106. Ferro, Víctor. *El Dret Públic català. Les Institucions a Catalunya fins al Decret de Nova Planta*. Romanyà-Valls: Eumo, 1999: 27-31.

107. *Cortes de los Antiguos Reinos de Aragón y de Valencia y Principado de Cataluña*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1896: I/1, 142.

108. Kern, Fritz. *Recht und Verfassung...*: 70.

109. Kantorowicz, Ernst H. “Mysteries of State: An Absolutist Conception and Its Late Medieval Origins”. *Harvard Theological Review*, 48 (1955): 65-91; Marongiu, Antonio. “Un momento típico de la monarquía medieval: el rey juez”. *Anuario de Historia del Derecho Español*, 23 (1953): 704-715.

110. Besta, Enrico. *Storia del Diritto italiano...*: I, 439-441.

111. Sabaté, Flocel. “Municipio y monarquía en la Cataluña bajomedieval”. *Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval*, 13 (2000-2002): 255-282.

112. Esquerrier et Miégevill, Arnaud. *Chroniques romanes des comtes de Foix. Composées au XV^e siècle*, ed. Félix Pasquier. Paris: Alphonse Picard et Fils, 1895: 41-42.



tempo de Pedro II, que haviam retirado a fidelidade ao monarca em 1276, e novamente em 1278, como um modo de resistir às imposições jurisdicionais aplicadas pelos *bovatges* exigidos pelo rei de maneira sucessiva.¹¹³

Mais tarde, inflamou-se o impasse com o soberano em razão da reivindicação do testamento de Gaston de Bearn, que deixava o quinhão de seus domínios catalães à menor de suas filhas, a condessa Guillelma,¹¹⁴ quem por sua vez os havia cedido ao rei Jaime.¹¹⁵ Porém, uma das irmãs mais velhas da condessa desposara Roger Bernat de Foix que, com o apoio de Ramon Folc de Cardona,¹¹⁶ reclamava os direitos daquelas baronias. O imbróglcio se manteve com o sucessor, Gaston de Foix, que contestou a titularidade régia sobre Montcada e Castellví e seus termos, respaldando *de jure et secundum constitutiones* sua oposição à incorporação pretendida pelo cetro régio.¹¹⁷ Entretanto, para o rei não havia motivo de contestação já que se tratava de uma alienação lícita, corroborada pelo último testamento do visconde de Bearn; e, indo mais longe, ele ainda desacreditava as reivindicações feitas pelos barões ao se basearem no direito feudal catalão, lembrando-lhes que os próprios haviam se negado a jurar aos *Usatges* e às constituições da Catalunha.

Das cartas expedidas em fevereiro de 1302, daquela que Jaime II enviara a Ramon Folc restava seu nítido desgosto: *vos avem request e amonestat moltes vegades que vós deguéssets jurar los ordenaments de la cort de Leyda, axí com los altres richshòmens e barons de Catalunya los na jurats*.¹¹⁸ Dali, desferiam-se ameaças, exigindo-se-lhes que deixassem toda insubordinação e se submetessem à autoridade do soberano. Entretanto, a capacidade que o rei teria de impor a observância a seus ditames acabava por se amenizar à medida que ele graduava o teor de suas demandas. É engenhoso como se dá aqui o emprego da linguagem nesses termos, notando-se que a sentença *vos amonestam e-us requerrim e-us manam* manifestava em si uma certa oscilação entre a vinculação feudal e a primazia régia, passando da admoestação ao mando, isto é, alterando o primeiro sentido (de um pacto que liga os homens em livre vontade) para um segundo sentido em que se faz recorrer à autoridade de um poder público que contém o império do direito.

Com a morte de Roger Bernat em março daquele mesmo ano, o novo conde de Foix selaria tréguas com o rei de Aragão. Entretanto, continuou a faltar uma solução para o problema: por um lado, manteve-se a insatisfação sobre as alienações da condessa de Montcada, de outro, o desgarrado régio em face da insubordinação de ambos os barões. Ao continuar rejeitando as exigências do cargo jurisdicional do rei, eles questionavam a validade do título régio na Catalunha, lembrado a Jaime II que ali ele era tão só um conde, de igual posição aos condados de Urgell ou de Foix. Esta era a justificativa usada para se negar, por exemplo, a obediência ao marco jurídico dos *Usatges* e a

113. Sabaté, Flocel. “El poder soberano en la Cataluña bajomedieval: definición y ruptura”, *Coups d’État à la fin du Moyen Âge? Aux fondements du pouvoir politique en Europe occidentale*, François Foronda, Jean-Philippe Genet, José Manuel Nieto, dirs. Madrid: Casa de Velázquez, 2005: 488.

114. Durán Cañameras, Félix. “Los vizcondes de Bearn y los condes de Foix, como Señores de Castellvell (parte V, conclusión)”. *Boletín de la Real Academia de la Historia*, 91 (1927): 121-127.

115. Baudon de Mony, Charles. *Relations politiques des Comtes de Foix avec la Catalogne. Jusq’au commencement du XIV^e siècle*. Paris: Alphonse Picard et Fils, 1896: II, 250-251 (doc. Num. 133).

116. Baudon de Mony, Charles. *Relations politiques des Comtes de Foix...*: 257, doc. 136. O mesmo nobre já denotava sua desgastada relação com o monarca, que deixara de atender ao chamado de hostes para a defesa de Múrcia em 1300, sendo por esta razão perdoado pelo rei, *per hanc tamen gratiam et remissionem non intendimus in aliquis serviciis que racione dicti feudi nobis prestari debeat in futurum preiudicium generari*. ACA. RC, reg. 332, f. 114r.

117. Baudon de Mony, Charles. *Relations politiques des Comtes de Foix...*: 263-264 (doc. Num. 141).

118. *Col·lecció documental de la Cancelleria de la Corona d’Aragó. Textos en Llengua Catalana (1291-1420)*, ed. Mateu Rodrigo Lizondo. València: Publicacions de la Universitat de València, 2013: 146-147 (doc. Num. 76).



atender aos chamados das cortes gerais no Principado. Naturalmente, o rei rejeitaria essas escusas, afirmando que ambos integravam o estamento baronial já que parte de seus domínios —como o viscondado de Castellbò, então parte do patrimônio dos Foix— *est situs in Cathalonia* e, por isso, seus titulares estariam obrigados a comparecer às cortes.¹¹⁹

8. Entre senhorio natural e costume: bases da abstratação territorial do Principado

O exemplo do rei Jaime II é relevante por trazer à luz uma mudança de perfil em relação aos soberanos anteriores. Na constante tensão entre instituições monárquicas e feudais, ele foi o primeiro a abraçar conscientemente a via jurídica como alternativa à disputa militar nos torneios de braço com a alta nobreza em Aragão e Catalunha, adotando uma estratégia que passava pela aliança com o Papado e voltava para seus assuntos internos mais nitidamente investido no posto de soberano natural de seus vassallos. Fora assim que ele enfrentaria as reivindicações dos barões catalães que, como acabamos de dizer, não pretendiam reconhecer a plena autoridade pública de seu encargo; e o mesmo, de forma mais desafiadora, por parte dos nobres aragoneses que procuravam se defender pelo reconhecimento do *Privilégio da União*, tal como havia sido imposto a seu pai nas Cortes de Zaragoza de 1283.¹²⁰

Assim, a transição da *cort* às *corts* marca o próprio espaço de acomodação semântica entre a assembleia feudal do senhor natural que convoca seus vassallos e a instituição parlamentar que integra todos os demais estamentos do reino. Pois, a noção de “senhorio natural” é a que representa melhor a transição dos antigos valores feudais de passagem a uma concatenação da autoridade pública, uma sede jurisdicional superior ora ligada à linhagem da Casa de Aragão. Foi isso o que tanto repetiu Desclot, em sua crônica, a fim de justificar a atuação do rei Pedro III ao tomar o trono da Sicília com base nos direitos sucessórios de sua esposa Constância de Hohenstaufen —*es nostre natural senyor, per raho de la regina e de sos fills*,¹²¹ segundo palavras dadas pelo cronista aos barões sicilianos. E mesmo depois, para justificar a invasão aragonesa a Perpignan, em contraste aos direitos de seu irmão Jaime de Mallorca, *conegueren-lo bé e hagueren gran goig [...] per ço car era sens falla llur senyor natural*.¹²²

No entanto, a adesão dos barões e representantes dos demais territórios catalães junto às cortes, dependeria mais de um valor identitário que acabaria se constituindo por uma forma de oposição, e muito menos pela obediência estrita ao chamado do soberano. Essa identificação estamental logo assimilaria o vocativo da *terra* (*land*) como abstração corporativa que se opunha em face da monarquia,¹²³ indo mais longe que as conotações arcaicas do *regnum*, essa abstração passaria a se remeter à ideia de um ente que não mais se via subordinado pela jurisdição absoluta do príncipe. Em suma,

119. [...] *quod vicecomitatus Castriboni, quem nobilis Gasto, comes Fuxensis et vicecomes Bearnii et Castriboni, jure hereditario possidet, est situs in Cathalonia et quod ideo, ex hoc, ipse Gasto et successores sui in dicto vicecomitatu tenentur et debent, ut vicecomites Castriboni, venire ad curiam seu curias dicti domni regis et suorum, tanquam comites Barchinone, ratione ipsius vicecomitatus, cum fuerint evocati, sicut alii barones Cathalonie ad ipsas curiam seu curias venire tenentur est debent*. Baudon de Mony, Charles. *Relations politiques des Comtes de Foix...*: 281 (doc. num. 150).

120. González Antón, Luis. “Jaime II y la afirmación de poder monárquico en Aragón”. *Aragón en la Edad Media*, 10-11 (1993): 383-406.

121. Desclot, Bernat. *Llibre del rei en Pere...*: 213 (capítulo LXXXVII).

122. Desclot, Bernat. *Llibre del rei en Pere...*: 308 (capítulo CXXXIV).

123. Oleart, Oriol. “La terra davant del monarca. Una contribució per a una tipologia de l’assemblea estamental catalana”. *Anuario de Estudios Medievales*, 25 (1995): 593-615.



a mera justaposição da teoria juspublicista ao marco territorial dos domínios feudais dependeria de novos filtros que correspondessem aos ordenamentos jurídicos de seu conjunto institucional.

Igualmente, foi o que sucedeu aos projetos que instituíram competências vicariais sobre a totalidade das comarcas do Principado, cuja implementação escapou do controle efetivo dos soberanos catalano-aragoneses e dependeu da absorção às vinculações feudais e municipais pré-existentes, que em muito neutralizou os novos marcos propostos com as sucessivas reformas supravariais de Jaime II (1301-1303).¹²⁴

Do mesmo modo, é o que se observa com os intentos de Afonso IV em reestruturar suas rendas, fortalecer a presença da chancelaria real por meio de seus representantes, solucionar litígios de particulares e trazer ao arbítrio da cúria as disputas do âmbito baronial.¹²⁵ *Já no final do reinado, muitas dessas tentativas acabariam sendo freadas nas Cortes de Montblanc (1333), quando o Benigno se vira forçado a reconhecer a vigência da constituição de Pedro III, a chamada Quod vicarii nostri non possint aliquid petere, pela qual impedia-se a seus delegados ultrapassar a jurisdição real.*¹²⁶ Finalmente, apesar de um relativo sucesso inicial, a reforma das governadorias de Pedro IV (1344) teria o mesmo malogrado propósito em unificar a paisagem institucional num ideal de totalidade jurídica sob o centro real.

Do lado dos juristas do XIV, há um claro esforço para se matizar diferentes aspectos do direito consuetudinário junto à atuação jurisdicional do monarca.¹²⁷ Se Jaume Callís era um dos juristas que reconheciam o exercício formal da jurisdição mediante a competência particular da autoridade pública, fazia-o, como em todo o resto, com o intuito de atenuar a natureza autocrática do príncipe e vinculá-la a um plano de transição entre o direito comum e a tradição jurídica mais antiga. Consciente da inovação do romanismo, Callís e seus demais contemporâneos *deien que si el dret comú havia substituït la llei gòtica, no l'havia acabada de derogar del tot*,¹²⁸ uma visão que de fato esteve na base argumentativa dos comentários que eles redigiram acerca dos *Usatges*¹²⁹ com o propósito de

124. *Item quod a sentenciis, et processibus dictorum vicariorum, subvicariorum, bajulorum, Curiam et aliorum quorumcumque officialium nostrorum, infra dictam suppravicariam constituorum, a quibus appellandum existant, possint si voluerint appellantes, ommissa Curia nostra, in primis appellacionibus ad vestrum officium appellare [...]* Set a vobis, et delegatis vestris, tam in primis, quam in secundis appellacionibus, necnon et ab aliis quibuscumque, de secundis appellacionibus semper ad nostram Curiam appellentur. Possitis etiam salvis privilegiis, et libertatibus locorum, quibus per hoc non intendimus derogare, cum vobis videbitur causas principales [...] in suo loco vel facere procedi in ipsis, per suos iudices ordinarios [...]

Item ordinamus et volumus quod si negociarum qualitas, juxta videre vestrum exegerit, possitis vice nostra requirere et demandare feudatarios nostros, infra suppravicariam vestram constituos, ut vos sequantur loco nostri pro exenquenda justicia. ACA. RC, reg. 231, f. 66-67v; Lalinde, Jesús. *La gobernación general en la Corona de Aragón*. Saragoça: Institución Fernando el Católico, 1963: II, 510-511.

125. Sabaté, Flocel. "Discurs i estratègies del poder reial a Catalunya al segle XIV". *Anuario de Estudios Medievales*, 25 (1995): 626-627.

126. *Cortes de los Antiguos Reinos de Aragón y de Valencia y Principado de Cataluña*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1896: I/2, 308 (constituição XXII).

127. Sobre o desenvolvimento ideológico da teoria jusdicional no contexto jurídico catalão, veja Villanueva, Jesús. *El concepto de soberanía en las polémicas previas a la revuelta catalana de 1640*. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona (tese de doutorado), 2002: 154-155: *Los juristas catalanes de los siglos XIV y XV se adherieron rigurosamente al esquema jurisdiccionalista, basado en una transferencia remota del poder en base al derecho de gentes. En realidad, las alusiones a la cuestión del origen del poder son raras, aunque siempre situadas dentro de la interpretación predominante de la lex regia como un acto único referido al Imperio romano, de carácter irrevocable, y que sigue vigente en las monarquías medievales.*

128. Pons Guri, Josep Maria. "El dret als segles VIII-XI", *Recull d'estudis d'història jurídica catalana*. Barcelona: Fundació Noguera, 2006: IV, 22.

129. *Item statuerunt vel, item statuimus, quem verbum statuerunt, vel statuim ibi adiectum ad promulgationem legis seu constitutionis refertur, et non ad solam redactionem facta, seu fienda in scriptis de consuetudinibus, seu usibus, ut in l. Leges [...] cum similibus et ita in ordinationem ipsorum usaticorum. In hoc quod fuerunt tracti de usualibus cueriae, fuit servata forma l. goticae, quae habet, quod lex debet fieri secundum consuetudines.* Calicius, Jacobus. "us. Haec sunt...": f. VIv.



consolidar uma *communis opinio* que, em alguns aspectos, se afastava das demais correntes jurídicas em circulação naquela centúria.

Por isso, não havia qualquer incoerência nas interpretações feitas acerca dos comentários escritos pelos grandes doutores italianos. Com plena consciência do débito que tivera em relação ao sentido de jurisdição empregado por Cino, *Iurisdictio est potestas legitima, de publico introducta, cum necessitate iuris dicendi et aequitatis statuendae*,¹³⁰ Callís retomava a autoridade das leis góticas e a lenta absorção do condado barcelonês sobre as demais jurisdições baroniais, forçando com isso uma superioridade que não se poderia fundar somente na *necessidade de dizer o direito*,¹³¹ mas que ainda levava em conta a co-autoridade exercida pelos demais barões da Catalunha quando se instituíram os *Usatges*¹³² e, de maneira geral, se estenderam às demais leis escritas estabelecidas *de consensum totius populi Cathaloniae*.¹³³

130. Pistoriensis, Cyni. *In Digesti Veteris Libros doctissima comentaria*. Frankfurt: Impensis S. Feyerabendt, 1578: f. 21v.

131. A *necesse* é, segundo Cino e seus predecessores, o fundamento do exercício de toda jurisdição (*Ergo habet necesse. Praeterea hoc probatur ex diffinitione iurisdictionis*), reflexo do *merum imperium* que decorre da plenitude do poder e, por isso, é sub-repticiamente retomado nas discussões posteriores acerca do controle da autoridade e da utilidade pública.

132. *Nec obstante [...] non probat de necessitate, quod Comes Barchinonae iam dictus non posset sine ipsis comitibus et magnatibus condere ipsos usaticos [...] quod licet comes Barchinonae consilio et laude magnatum constituerit usaticos predictos, quod sine ipsis magnatibus non potuerit ipsos condere. Antiquiores Barchinonensium leges: Calic. us. Haec sunt*, f. VIv.

133. Calicius, Jacobus. “us. Haec sunt...”: f. VIir.

